

Educação em Doses Controladas: A Medicalização da Educação e o Trabalho Docente sob a Perspectiva da Teoria Histórico-Cultural

Education in Controlled Doses: The Medicalization of Education and Teaching Work from the Perspective of Historical-Cultural Theory

Educación en dosis controladas: La medicalización de la educación y el trabajo docente desde la perspectiva de la teoría histórico-cultural

Recebido: 07/05/2025 | Revisado: 14/06/2025 | Aceito: 10/06/2025 | Publicado: 17/10/2025

Kessiane Sales Izidim da Silva

ORCID: <http://orcid.org/0009-0005-9834-7700>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: kessisales@gmail.com

Maria da Apresentação Barreto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5222-3869>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

apresentacao1@hotmail.com

Resumo

O artigo aborda a medicalização da educação e seus impactos no contexto escolar, fundamentando-se na Teoria Histórico-Cultural. Esse fenômeno refere-se à tendência de traduzir dificuldades escolares em diagnósticos médicos, geralmente acompanhados de prescrição de medicamentos, diferenciando-se da medicamentação, caracterizada pelo uso indiscriminado de fármacos. A perspectiva histórico-cultural compreende o desenvolvimento humano como processo mediado e socialmente construído, contrapondo-se à visão reducionista da medicalização, que individualiza problemas educacionais e ignora determinantes socioeconômicos e institucionais. Discute o aumento de diagnósticos como TDAH e TEA e a crescente medicalização de crianças e adolescentes, bem como a influência das políticas neoliberais na precarização do trabalho docente, marcada por sobrecarga, perda de autonomia e alienação. A lógica capitalista, ao padronizar o ensino e normalizar comportamentos, contribui para a exclusão de sujeitos que não se adequam às normas vigentes. Conclui-se, com base nesta pesquisa bibliográfica, pela urgência de uma formação docente articulada a investimentos estruturais que viabilizem práticas pedagógicas emancipatórias e não medicalizantes, conforme propõe a Teoria Histórico-Cultural.

Palavras-chave: Medicalização da educação; Teoria Histórico-Cultural; trabalho docente; formação crítica

Abstract

This article addresses the medicalization of education and its impacts on the school context, based on Historical-Cultural Theory. This phenomenon refers to the tendency to translate school difficulties into medical diagnoses, usually accompanied by medication prescriptions, in contrast to the medicalization, characterized by the indiscriminate use of drugs. The historical-cultural perspective understands human development as a mediated and socially constructed process, contrasting with the reductionist view of medicalization, which individualizes educational problems and ignores socioeconomic and institutional determinants. It discusses the increase in diagnoses such as ADHD and ASD and the growing medicalization of children and adolescents, as well as the influence of neoliberal policies on the precariousness of teaching work, marked by overload, loss of autonomy and alienation. Capitalist logic, by standardizing teaching and normalizing behaviors, contributes to the exclusion of individuals who do not conform to current norms. It is concluded, based on this bibliographic research, that there is an urgent need for teacher training linked to structural investments that enable emancipatory and non-medicalizing pedagogical practices, as proposed by the Historical-Cultural Theory.

Keywords: Medicalization of education; Historical-Cultural Theory; teaching work; critical training

Resumen

Este artículo aborda la medicalización de la educación y sus impactos en el contexto escolar, desde la Teoría Histórico-Cultural. Este fenómeno se refiere a la tendencia a traducir las dificultades escolares en diagnósticos médicos, generalmente acompañados de prescripción de medicamentos, en contraste con la medicalización, caracterizada por el uso indiscriminado de fármacos. La perspectiva histórico-cultural entiende el desarrollo humano como un proceso mediado y socialmente construido, en contraste con la visión reduccionista de la medicalización, que individualiza los problemas educativos e ignora los determinantes socioeconómicos e institucionales. Se analiza el aumento de diagnósticos como el TDAH y el TEA y la creciente medicalización de niños y adolescentes, así como la influencia de las políticas neoliberales en la precariedad del trabajo docente, marcado por la sobrecarga, la pérdida de autonomía y la alienación. La lógica capitalista, al estandarizar la enseñanza y normalizar los comportamientos, contribuye a la exclusión de las personas que no se ajustan a las normas vigentes. Se concluye, con base en esta investigación bibliográfica, que existe una urgente necesidad de formación docente vinculada a inversiones estructurales que posibiliten prácticas pedagógicas emancipadoras y no medicalizantes, tal como propone la Teoría Histórico-Cultural.

Palabras clave: Medicalización de la educación; Teoría Histórico-Cultural; trabajo docente; formación crítica

Introdução

A medicalização da educação tem se constituído como um fenômeno crescente no contexto escolar contemporâneo. Trata-se da prática de transformar dificuldades de aprendizagem e questões pedagógicas em transtornos clínicos, promovendo a adesão a soluções medicamentosas como forma de "corrigir" tais dificuldades (Barreto; Guimarães; Nascimento 2023). Esse processo mascara as reais condições estruturais e sociais que afetam a aprendizagem, desconsiderando a complexidade do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, o interesse em estudar a temática anteriormente citada foi sendo construído ao longo da nossa trajetória como professora da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) de uma escola pública estadual de ensino fundamental e médio do Rio Grande do Norte. Durante essa vivência profissional, diversas situações despertaram a nossa inquietação, especialmente diante de casos em que estudantes com dificuldades de aprendizagem eram encaminhados para avaliação médica em busca de um diagnóstico que justificasse seu baixo desempenho, observou-se que, frequentemente, a raiz do problema estava na metodologia de ensino adotada. Em muitos casos, as estratégias usadas pelo professor não favoreciam uma compreensão clara dos conteúdos, limitando o aprendizado dos alunos. Além desta motivação pessoal, o tema em discussão compõe um tema de estudo que vem sendo aprofundado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Assim, o presente artigo discute, a partir da Teoria Histórico-Cultural (THC), a medicalização da educação e seus desdobramentos no contexto escolar. Defende que a precarização das condições de trabalho docente se articula com o fenômeno em discussão, uma vez que as políticas neoliberais têm intensificado a carga de trabalho, reduzido a autonomia pedagógica e promovido a padronização do ensino, favorecendo uma abordagem individualizante e patologizante dos desafios educacionais (Lima; Campos 2023).

A partir da THC entende-se que o desenvolvimento humano se fundamenta na natureza histórico-cultural do ser humano, concebendo o indivíduo como um ser ativo que se constitui em sua relação com o mundo social e cultural (Alvarenga; Silva 2017). Central a essa perspectiva é o conceito de mediação, processo pelo qual a relação do indivíduo com mundo acontece a partir de elementos como instrumentos (ferramentas físicas) e signos, principalmente a linguagem (Meira 2007).

Assim, na contramão da perspectiva medicalizante, a THC defende que o cotidiano escolar deve promover uma relação efetiva entre teoria e prática, especialmente a partir da forma como o conceito de mediação é compreendido. Logo, em vez de simplesmente identificar a dificuldade de atenção dos alunos, o professor, orientado por essa abordagem, entende que a atenção voluntária é uma conquista cultural construída ao longo do desenvolvimento e estimulada por meio de atividade e mediação. Esse entendimento convida o educador a planejar experiências significativas que despertem o interesse do

estudante e revele a utilidade da tarefa proposta, tais como: projeto interdisciplinares com temas do cotidiano; simulações e dramatizações que permitam aos alunos assumirem papéis e resolverem situações reais ou fictícias; atividades investigativas ou experimentais, em que o aluno precise explorar, levantar hipóteses, encontrar soluções; utilização de recursos como vídeos, *podcasts*, jogos digitais para aprofundamento dos conteúdos; entre outros (Vigotski 1991).

Nesse sentido, através da interação social e da apropriação da cultura, desenvolvem-se as funções psicológicas superiores como: atenção, memória, linguagem, pensamento. Inicialmente no plano interpsicológico, para depois serem internalizadas no plano intrapsicológico (Meira 2007). Dessa forma, o contexto cultural e histórico em que o indivíduo vive desempenha um papel fundamental na organização de suas atividades e no desenvolvimento dessas funções, moldando os tipos de tarefas que enfrenta e os instrumentos que utiliza para dominá-las (Vigotski 1999).

Toma-se como referência uma investigação bibliográfica que assinala a materialização do fenômeno da medicalização da educação, quando famílias e professores passam a buscar justificativas no campo da medicina e da saúde que possam dar conta dos comportamentos que a escola e a sociedade julgam como inadequados. Nos consultórios médicos, por sua vez, esses diagnósticos cada vez mais apressados dão conta de um aumento significativo de adolescentes e crianças que passam a ser alvo das intervenções medicamentosas e, deposita-se nessas práticas a crença de que irão contribuir ou facilitar os processos de aprendizagem.

Como mencionado anteriormente, com base na THC, compreende-se que o desenvolvimento dos sujeitos se dá no campo das interações sociais, e são as mediações realizadas junto a eles que irão possibilitar o desenvolvimento de funções psicológicas como a atenção, autorregulação, memória e linguagem, por exemplo (Lima 2023). Portanto, para questões de ordem pedagógica, deve-se buscar, prioritariamente, intervenções que promovam o desenvolvimento das funções possibilitadoras de aprendizagem.

Evidencia-se que a medicalização da educação é um tema urgente a ser debatido nos espaços escolares, pois o discurso médico tem se instituído como uma verdade indiscutível, entretanto a autonomia e autoridade pedagógica é conferida ao professor. Tem-se assim que definir as práticas escolares a partir da compreensão do sujeito meramente biológico, limita as possibilidades de desenvolvimento do indivíduo, desprezando sua subjetividade e sua construção enquanto sujeito social, cultural e histórico.

Metodologia

O presente artigo se configura como uma investigação bibliográfica, fundamentada na Teoria Histórico-Cultural. A pesquisa tem como objetivo discutir a medicalização da educação e seus

desdobramentos no contexto escolar, bem como a relação entre a precarização do docente e o referido fenômeno.

A Medicalização e o Contexto Escolar

O processo de converter dificuldades escolares em diagnósticos médicos passíveis de tratamento tem sido denominado medicalização da educação, conforme já assinalado anteriormente. Em vez de direcionar investimentos para estratégias educacionais que garantam o aprendizado e o desenvolvimento integral dos indivíduos, observa-se a adoção crescente de soluções imediatistas, como a prescrição de medicamentos. Essa prática tende a mascarar os desafios educacionais e sociais subjacentes, ignorando as desigualdades estruturais da sociedade.

Como aponta Meira (2012, p. 136), “atualmente estamos vivendo uma epidemia de diagnósticos e consequentemente uma epidemia de tratamentos”. Tal panorama evidencia-se como reflexo de interesses inseridos na lógica capitalista - notadamente os do setor farmacêutico-, impulsionado pelos avanços tecnológicos, pela produção científica orientada a esse fim e pelo anseio de uma sociedade marcada pela urgência e pela busca de soluções imediatas. Ademais, observa-se que no cotidiano os professores são cobrados a apresentarem resultados exitosos de trabalho junto aos alunos, assim sendo, aqueles que não correspondem ao padrão desejados, na maioria das vezes, são encaminhados para que se busquem explicações de ordem biológica para o desempenho que deixou a desejar.

No bojo dessa discussão, torna-se importante retomar o que já fora referido por (Tuleski, 2019, p.155), ou seja, a distinção entre os conceitos de medicalização e medicamentação, ou seja:

Medicalização refere-se a uma racionalidade que reduz a complexidade da existência humana a aspectos individuais, sejam eles orgânicos ou psíquicos. Nesse sentido, não se limita ao uso de fármacos, mas envolve uma lógica que regula e controla a vida social. Já a medicamentação está mais diretamente associada à administração de medicamentos em contextos onde antes não eram considerados necessários, podendo atuar como instrumento de controle. Dessa forma, a medicamentação emerge como uma das manifestações da medicalização.

Paralelamente, o conceito de medicação abrange o uso de fármacos prescritos para tratar doenças ou sintomas, sob supervisão profissional (Naves 2010). Esse conceito ainda se distingue da automedicação, caracterizada pela "seleção e uso de medicamentos para tratar doenças ou sintomas percebidos pelas pessoas sem a prescrição ou a supervisão de um médico ou dentista" (Naves, 2010, p.1752). O estudo da autora, anteriormente citada, demonstra que no Brasil a automedicação é amplamente praticada, especialmente devido às dificuldades de acesso ao sistema de saúde pública.

Adicionalmente, a publicidade farmacêutica e a valorização social dos remédios como soluções rápidas incentivam o consumo indiscriminado. E neste cenário de medicamentação da vida e de uso exacerbado de fármacos não causa estranhamento a constatação de que, entre os muros da escola, também se busque soluções rápidas para qualquer comportamento ou dificuldade tomada como um sintoma de que

algo está fugindo da “normalidade” do que se espera de uma criança ou adolescente em processo de desenvolvimento. Sem deixar de considerar que a indústria farmacêutica vai aumentando seu lucro à medida em que a trajetória acadêmica dos estudantes vai sendo pautada pelas práticas médicas.

O estudo de (Araújo 2022), discutiu como na contemporaneidade observou-se um aumento expressivo no número de diagnósticos médicos. Como decorrência a uma ampliação vertiginosa das intervenções farmacológicas, muitas vezes aplicadas de maneira indiscriminada, posto que já se questiona os fundamentos nos quais esses diagnósticos têm se erigido. Tal fenômeno ainda evidencia a priorização de certas condições clínicas, especialmente aquelas que afetam crianças e adolescentes, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e os Transtornos do Espectro Autista (TEA).

Em um contexto social e educacional competitivo e pressionado por resultados, o uso de estimulantes como Ritalina ou Concerta (cloridrato de metilfenidato) para aumentar a concentração tem se tornado um tema de debate entre educadores, pais e especialistas em saúde. Embora desenvolvidos para tratar o TDAH, esses medicamentos vêm sendo amplamente utilizados por estudantes que buscam melhorar o desempenho acadêmico, conforme (Rodrigues 2021). Essa banalização do consumo de substâncias visando à obtenção de resultados reflete uma lógica capitalista que legitima o uso de meios artificiais para alcançar objetivos desejados.

As pesquisas e os estudos já mencionados apontam que essa concepção também tem sido incorporada ao ambiente escolar, onde, frequentemente, cada comportamento fora do padrão esperado é tratado como um problema a ser corrigido por meio de medicação. Assim, docentes acabam delegando aos profissionais da saúde a responsabilidade de solucionar os desafios educacionais, afastando-se do papel de mediadores do conhecimento. Por um lado, os profissionais da educação cruzam os braços sentindo-se incapazes, enquanto do outro lado os profissionais de saúde e a indústria farmacêutica exercem um poder numa seara que deveria ser, eminentemente, norteadas pelas práticas pedagógicas promotoras de aprendizagem e desenvolvimento humano.

Apresenta-se, a seguir, uma tabela contendo uma síntese de dados extraídos da literatura acadêmica, os quais evidenciam, de maneira sistematizada, a intensificação dos processos de diagnósticos e da consequente prescrição de medicamentos no âmbito escolar. Embora haja um enfoque particular na ampliação dos casos relacionados ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), os dados também contemplam outras manifestações do fenômeno da medicalização da infância, abrangendo diferentes formas de patologização de comportamentos e experiências infantis no contexto educacional.

Quadro 1- Crescimento de Diagnósticos e Prescrições no Contexto Escolar

FONTE/AUTOR	LOCAL	ACHADOS PRINCIPAIS
Moysés e Collares (2013)	Brasil	Aumento expressivo de encaminhamentos escolares para avaliação psiquiátrica
Meira e Loureiro (2014)	Brasil	Professores relatam pressão por laudos médicos para justificar dificuldades escolares
Ministério da Saúde (2015)	Brasil	Consumo de Metilfenidato cresceu mais de 775% entre 2003 e 2012
Dantas (2018)	Brasil	Discurso médico atua como organizador de práticas escolares

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Conforme os dados apontam, a abordagem medicalizante, ao apresentar soluções rápidas e aparentemente eficazes, simplifica questões complexas do fracasso escolar, reduzindo-as a distúrbios biológicos ou psicológicos individuais. Esse processo desconsidera a trajetória dos estudantes, seu contexto socioeconômico e cultural, resultando na ampliação do número de diagnósticos, por vezes aligeirados, e na prescrição de tratamentos medicamentosos que podem reforçar estigmas e ampliar a exclusão Araújo (2022).

Estudantes diagnosticados passam a ser vistos de maneira diferenciada, frequentemente com expectativas reduzidas, o que contribui para a marginalização e prejudica sua participação plena no processo educativo. Quando se exclui um aluno da possibilidade de aprender, também se deixa de intervir nas condições concretas que podem criar alternativas eficazes para seu desenvolvimento.

Conforme (Patto 1997, 2010 apud Isfran, Ladeira e Faria, 2020) as concepções psicologizantes, patologizantes e medicalizantes na educação remontam ao surgimento das ciências humanas, particularmente da psicologia no século XIX. Inicialmente, médicos diagnosticavam alunos com dificuldades de aprendizagem como "anormais escolares", muitas vezes associando tais diagnósticos a fatores hereditários e raciais. Esse discurso perpetuava a noção de que certos grupos sociais, especialmente os mais pobres e negros, eram menos aptos ao conhecimento. E não se consideravam as desigualdades impostas pelo capitalismo que continua negando a muitos o mínimo necessário ao seu processo de desenvolvimento humano.

O estudo mencionado anteriormente ainda faz uma retrospectiva sobre as diversas construções e explicações para o fenômeno do fracasso escolar. Inicialmente se atribuía ao aluno uma questão de ordem individual, ou seja, uma “anormalidade”, posteriormente passou-se a se falar em um suposto atraso cultural dos mais pobres, depois à inadequação do ambiente familiar, e as famílias tidas como “desequilibradas” e que não acompanhavam seus filhos foram responsabilizadas por toda sorte de questão que envolvesse o

aprendizado fora dos padrões. Posteriormente passou-se a buscar nas escolas e na inadequação dos seus currículos a explicação para os processos de exclusão. É neste momento que também se aponta o dedo para os professores e deixa-se de considerar a lógica capitalista e suas péssimas condições de trabalho e valorização desses profissionais.

Na perspectiva de Araújo (2022), o fenômeno da medicalização da educação tem se apresentado na contemporaneidade de duas maneiras: por um lado, na forma como os processos de ensino e aprendizagem são concebidos sob uma ótica biomédica, fortalecendo a ideia de que dificuldades escolares e comportamentais são decorrentes de doenças, deficiências ou transtornos dos alunos; por outro, na prática recorrente de encaminhamento de crianças, muitas vezes rotuladas como problemáticas, para avaliações clínicas e tratamentos médicos.

É importante considerar que a medicalização da educação, por estar profundamente enraizada na própria estrutura da instituição escolar, acaba se integrando ao cotidiano de maneira tão naturalizada que dificilmente causa estranhamento (Lima 2021). Conforme (Collares e Moyses, 1996), o fenômeno da medicalização ocorre justamente quando passamos a tratar questões complexas de ordem social, política e histórica como se fossem exclusivamente biológicas e individuais. Essa percepção contribui para a negligência de análises críticas voltadas aos aspectos coletivos e interpessoais do ambiente escolar.

Nesse sentido, a breve contextualização evidencia que “historicamente, a medicalização nos mais variados aspectos e dimensões da vida, tem servido como importante dispositivo para a manutenção de um sistema social fundado em relações de dominação” (Viégas; Carvalhal, 2020, p.10). Romper com essa lógica de dominação, desigualdade e exclusão requer luta permanente, resistência e conhecimento. Somente assim serão criadas as condições concretas para o compromisso com uma educação transformadora, que desenvolve os sujeitos por meio da aprendizagem.

O enfrentamento a essa lógica excludente que tenta medicalizar a vida, também poderá articular outras possibilidades de mediações que permitam o desenvolvimento de todos os envolvidos nos processos de aprendizagem e desenvolvimento. Sem dúvida, uma luta bastante desafiadora, pois a lógica capitalista é promotora de desigualdade e exclusão cotidianamente. O ambiente escolar através do trabalho docente e das práticas pedagógicas não está imune de sofrer essas afetações, portanto, fazer oposição ao fenômeno da medicalização dos processos educativos requer luta coletiva, conhecimento e articulações políticas.

Nesse sentido, a formação docente desempenha um papel essencial. (Collins 2015, p.27) enfatiza que: “[...] a diversidade na nossa construção do conhecimento, no nosso ensino e no nosso dia a dia nos oferece um novo ângulo de visão nas interpretações da realidade pensadas como naturais, normais e verdadeiras”. Portanto, a fim de se a contrapor à produção desenfreada de diagnósticos que parecem querer uniformizar a conduta e os processos de aprendizagem dos alunos, educadores devem explorar novas

abordagens que desafiem padrões cristalizados, ampliando o repertório pedagógico e promovendo uma educação emancipadora e promotora do processo de humanização, conforme defende (Vygotsky 1931) quando discorre sobre o desenvolvimento das funções superiores.

Assim, é imprescindível assegurar aos docentes o acesso a teorias pedagógicas críticas elaboradas ao longo do desenvolvimento do conhecimento, permitindo-lhes compreender as estruturas de dominação e questionar os padrões hegemônicos. Esse processo inclui "[...] o processo de se apropriar da própria história e de outras narrativas sobre si mesmo, criando assim um ambiente propício para a reflexão crítica e a reparação do que foi tradicionalmente subjugado" (Viégas; Carvalhal, 2020, p.40). Dessa forma, a educação se configura não apenas como espaço de ensino, mas também como ferramenta de resistência e transformação social.

O trabalho docente e a medicalização da educação

Conforme discutido anteriormente, o fenômeno da medicalização da educação na contemporaneidade está profundamente relacionado às políticas neoliberais que permeiam o âmbito educacional. Essas políticas impactam significativamente a estrutura do sistema escolar, agravando as condições laborais do docente, o que é evidenciado por aspectos como a precarização e a alienação do trabalho, bem como a perda da autonomia no exercício profissional. Além disso, observa-se uma redução das garantias e direitos dos professores, ao mesmo tempo em que aumentam as pressões oriundas das avaliações externas, fomentando a competitividade e o individualismo (Lima; Campos 2023).

Segundo (Facci 2019), a precarização das condições de trabalho docente manifesta-se em múltiplas dimensões, incluindo remuneração insuficiente, infraestrutura inadequada, ausência de suporte administrativo, sobrecarga laboral e o desafio de mediar o aprendizado de adolescentes em situação de vulnerabilidade. Esses fatores podem levar ao adoecimento dos professores, que, diante de um ambiente adverso, sentem-se desvalorizados, frustrados e impotentes frente aos desafios da sala de aula.

Um exemplo real de como essa precarização afeta o cotidiano docente pode ser observado na fala da professora Carol (2021), participante da pesquisa de Araújo (2022) que relata a sensação de estar “de mãos atadas” e a frustração diante da persistência das desigualdades sociais e da miséria das famílias dos alunos (Araújo, 2022, p. 103). Essa situação ilustra o esvaziamento do papel do professor que, apesar ser capaz de interferir nos processos de aprendizagem e desenvolvimento, vê-se limitado por condições materiais precárias e falta de formação continuada adequada, que acabam por levar a uma percepção de que a medicalização pode ser uma forma de alívio para esses desafios.

Nesse sentido, torna-se mais comum a busca por soluções imediatistas e simplificadas para problemas educacionais complexos, como a medicalização do comportamento discente (Alvarenga; Silva 2017). A carência de investimentos em formação continuada agrava esse quadro, pois impede os

professores de desenvolverem uma compreensão crítica acerca da medicalização e de suas implicações para a educação (Lima 2021).

A partir da THC, (Facci 2019) recorre aos conceitos de sentido e significado de Leontiev para analisar um fator adicional que contribui para a desvalorização do trabalho docente: a alienação do professor. Segundo a autora, o significado social da escola está na socialização do conhecimento, de modo que o trabalho do professor deveria se orientar para o ensino e a apropriação do saber pelos estudantes. No entanto, no contexto da sociedade capitalista, o sentido do trabalho docente pode se restringir à mera subsistência, reduzindo-se à obtenção do salário, sem que haja uma percepção ampliada da importância do ensino para o desenvolvimento humano. Essa disjunção entre sentido e significado gera uma desconexão entre a motivação pessoal e a função social do trabalho docente, resultando na alienação do professor (Facci 2019).

Dessa forma, os autores mencionados convergem na ideia de que a precarização e a alienação do trabalho docente são fatores determinantes na intensificação do processo de medicalização da educação. Esse cenário adverso reduz as condições mínimas para que os docentes se sintam motivados a ampliar as diversas possibilidades de socialização do conhecimento, fazendo com que os professores se conformem a buscar soluções biomédicas para lidar com problemas que demandariam, na realidade, uma abordagem pedagógica e social mais abrangente (Facci 2019).

No entendimento de (Gomes 2020, p. 101), “é preciso reconhecer as tramas de uma lógica que classifica, ordena e expressa uma sociedade que se funda em um princípio ideológico de normalidade”. Ou seja, é necessário compreender os mecanismos subjacentes a uma lógica social que categoriza indivíduos e comportamentos com base em um ideal normativo. Esse princípio opera como uma ferramenta de controle, impondo padrões e expectativas acerca do que é considerado adequado ou “normal” na sociedade. Indubitavelmente, essa forma de enxergar o mundo e ordenar as relações chega no contexto das escolas e impulsiona os docentes, na sua maioria destituídos de motivos pedagógicos, para que passem a operar, em acordo com essa lógica, na tentativa de colocar os alunos e os seus processos dentro de padrões excludentes e que convergem para a construção do fracasso escolar.

A partir do exposto, evidencia-se que, a medicalização do comportamento discente pode ser compreendida como um desdobramento da pressão por resultados rápidos e soluções imediatistas. A lógica neoliberal, ao enfatizar a eficiência, a competitividade e a produtividade, restringe o tempo e o espaço necessários para uma reflexão crítica sobre as raízes dos desafios educacionais.

Todavia, com base nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural é possível desconstruir a perspectiva que atribui a responsabilidade pelas dificuldades escolares exclusivamente aos alunos e suas famílias. Dessa forma, torna-se viável a formulação de práticas pedagógicas mais eficazes na superação

dessa problemática, entre as quais algumas alternativas se destacam e se apresentam como possibilidades: o planejamento do ensino de modo a considerar a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) dos estudantes no conteúdo a ser aprendido, ou seja, considerar o que o aluno já sabe e conhece e conduzi-lo ao que está na iminência de ser aprendido.

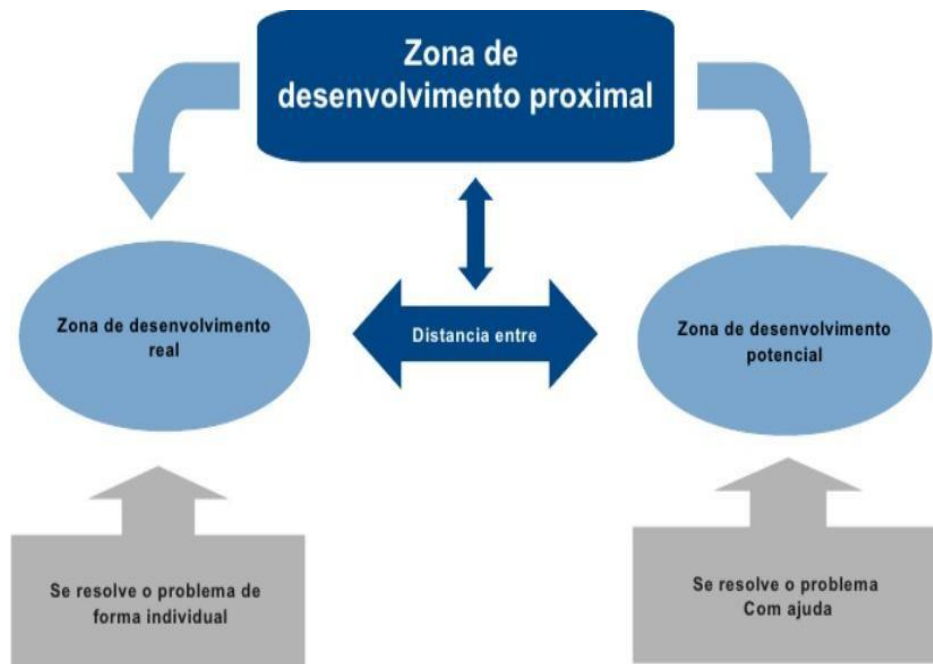
Uma alternativa que também pode favorecer a aprendizagem é organizar a atividade de ensino considerando a contínua avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes, pois essa estratégia poderá apontar a necessidade da criação de rotas alternativas de aprendizagem que para cada aluno, pode requerer uma consideração especial (Agostinho 2021).

Isso implica que o planejamento pedagógico elaborado pelo professor deve estar fundamentado não apenas nos conhecimentos e habilidades já consolidados pelos estudantes, mas, sobretudo, nas possibilidades de desenvolvimento que ainda não se concretizaram plenamente. Em outras palavras, o docente precisa direcionar sua ação educativa para além do que a criança já sabe, contemplando aquilo que ela é capaz de aprender com o devido suporte, revelando, assim, seu potencial desenvolvimento. Nessa perspectiva, Vigotski (1991, p. 242) afirma que “o ensino deve orientar-se não ao ontem, mas ao amanhã do desenvolvimento infantil” ressaltando a função prospectiva do ensino em relação à aprendizagem e ao desenvolvimento humano.

Desse modo, é precisamente na Zona de desenvolvimento Proximal (ZDP) que a aprendizagem encontra seu lugar privilegiado, pois é nela que se torna possível articular os conhecimentos já adquiridos com aqueles que ainda estão em processo de formação. Ao considerar o saber anterior do aluno como ponto de partida, e ao projetar os saberes que ele poderá vir a construir com a mediação adequada, o ensino se insere no campo das potencialidades em desenvolvimento, contribuindo ativamente para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores Vygotsky (1991).

Isso significa que o planejamento do professor deve orientar-se para o que o estudante ainda pode aprender, considerando sua potencialidade para aprender algo novo. Segundo (Vigotski 1991, p. 242), “o ensino deve orientar-se não ao ontem, mas ao amanhã do desenvolvimento infantil”. Nesse sentido, é exatamente na ZDP que a aprendizagem ocorre, pois, ao considerar o conhecimento anterior, aquilo que o aluno já aprendeu, e realizar uma projeção do que ainda pode aprender se chega aos processos que estão em estado de formação.

Figura 1 – Zona de Desenvolvimento Proximal



Fonte: <https://psicoedu2017.wordpress.com/teoria-socio-historica>

Reitera-se o quanto é importante que sejam ofertadas aos docentes as condições concretas de aprendizagem permanente, pois, compreender conceitos como ZDP possibilita oferecer mediações apropriadas ao aprendizado e desenvolvimento, as quais incluem atividades e artefatos mediadores escolhidos e/ou produzidos cuidadosa e intencionalmente. Com isso, ocorre o resgate do papel do educador como aquele que planeja a ação educativa para promover o desenvolvimento (Mello 2020). Em outras palavras, o professor precisa ter as condições para assumir e coordenar suas tarefas de ordem pedagógica. Somente assim, estará menos propenso a delegar ao saber médico as questões que envolvem aprendizagem e desenvolvimento humano.

A avaliação contínua, sob a perspectiva da THC, visa possibilitar a mudança do olhar docente da limitação para a potência transformadora. Ao invés de focar apenas no que o aluno "não aprende", a avaliação deve buscar compreender as mediações que estão sendo oferecidas para que eles possam se desenvolver. O acompanhamento, a observação e a avaliação contínuas e sistematizadas da atividade de ensino do professor e da atividade de estudo dos estudantes são estruturantes do experimento formativo, uma abordagem que busca impulsionar o desenvolvimento, conforme assinalam (Lima e Campos 2023).

Nesse sentido, em um estudo que teve como objetivo identificar, a partir das percepções de estudantes diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), quais mediações institucionais contribuem para a facilitação do processo de aprendizagem, Rodrigues (2024, p. 64) constatou que estratégias como “[...] vídeo aulas de

alguns canais de webcam, ledor, provas adaptadas, cronograma de estudos realizados junto ao NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), aulas no laboratório e aulas práticas realizadas na instituição [...]” são percebidas pelos estudantes como recursos que favorecem a compreensão dos conteúdos.

Assim, embora o foco de Rodrigues (2024) recaia sobre as mediações institucionais voltadas ao público discente, especialmente no caso dos estudantes com TDAH, é importante considerar que os processos de medicalização da educação também afetam diretamente o corpo docente. Desse modo, Facci e Cunha (2020) problematizam a medicalização do sofrimento docente, alertando para o risco de individualização de problemas que, na verdade, possuem uma gênese social e estrutural. O uso excessivo de psicofármacos por professores, apontado nesses estudos, resulta das condições precárias de trabalho e da ausência de políticas públicas eficazes voltadas à saúde mental dos docentes.

Ao invés de investimentos na valorização profissional e na promoção da saúde mental dos professores, verifica-se um incentivo, consciente ou inconsciente, ao uso de soluções paliativas, como a prescrição de medicamentos que proporcionam alívio imediato, mas que não abordam as raízes pedagógicas, sociais e estruturais das dificuldades enfrentadas (Silva; Lima 2020). Assim, o combate à medicalização da educação deve necessariamente incluir a transformação das condições de trabalho docente e a reformulação das políticas educacionais que reforçam a padronização e a patologização do comportamento escolar.

Afinal, se o exercício da docência “[...] for deslocado do valor ético-político da educação como possibilidade transformadora da sociedade para a produtividade mercantil, então os alunos podem ser transformados em instrumentos [...]” (Facci; Cunha, 2020, p.98). Nesse sentido, o conhecimento perde seu valor intrínseco e passa a ser reduzido a um meio para obtenção de êxito em avaliações e para a reprodução de um sistema voltado à formação de mão de obra para atender às demandas do mercado.

Essa perspectiva instrumental da educação compromete a formação crítica dos estudantes, restringindo suas possibilidades de reflexão e de atuação como sujeitos ativos na sociedade. A escola, em vez de ser um espaço de desenvolvimento integral e garantia de direitos, passa a ser concebida como um instrumento de adaptação às exigências do mercado de trabalho. Tal concepção fragmenta o papel do conhecimento, esvaziando seu potencial emancipatório e reforçando estruturas de desigualdade, pois os processos de ensino-aprendizagem deixam de privilegiar a formação cidadã e a construção de subjetividades críticas e autônomas. Assim, a instituição escolar torna-se um ambiente de reprodução de normas e valores mercadológicos, afastando-se de sua função de fomentar o pensamento crítico e a transformação social (Saviani 2018).

Considerações Finais

A análise aqui desenvolvida evidencia que a medicalização da educação se configura como um fenômeno complexo e multifacetado, estreitamente articulado às transformações históricas, políticas e sociais que atravessam o campo educacional. Ao reduzir as dificuldades escolares a diagnósticos clínicos, ignora-se a centralidade do processo pedagógico, desconsiderando-se tanto a dimensão social e histórica do sujeito quanto ao papel ativo do professor na mediação da aprendizagem.

A partir dos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, compreende-se que o desenvolvimento humano é resultado das interações sociais e das mediações intencionais que promovem a internalização de conhecimentos e a constituição das funções psicológicas superiores. Dessa forma, torna-se fundamental deslocar o foco de explicações biologizantes e individualizantes para práticas pedagógicas que reconheçam a potencialidade dos sujeitos, valorizem sua trajetória e considerem as condições concretas de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, conforme já mencionado, a THC oferece fundamentos sólidos para elaboração de propostas pedagógicas que priorizam a mediação docente como elemento central no processo de ensino. Ao considerar a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), por exemplo, o educador passa a planejar intervenções que desafiem o aluno a ir além do que já domina, promovendo avanços reais em sua aprendizagem. Isso implica em organizar atividades que tenham sentido e significado, que estejam inseridas em contextos culturais ricos e que favoreçam a apropriação de conhecimentos historicamente construídos. Assim, o ensino, além de transmissão de conteúdos passa a ser também uma ação pedagógica intencional de formação humana, na qual o professor atua como mediador entre o saber sistematizado e a experiência vivida pelos estudantes.

Além disso, o aprofundamento da precarização do trabalho docente, impulsionado pelas políticas neoliberais, intensifica a busca por soluções medicalizantes, uma vez que os professores se veem privados de condições materiais, formativas e institucionais para exercer sua autonomia pedagógica. Nesse contexto, torna-se urgente a valorização da formação docente crítica, que permita ao educador reconhecer os determinantes sociais do fracasso escolar, bem como construir alternativas pedagógicas alinhadas aos princípios de uma educação emancipadora.

Desse modo, romper com a lógica da medicalização exige, portanto, a consolidação de práticas escolares que tenham como horizonte a humanização dos processos educativos, a superação das desigualdades e o compromisso com o desenvolvimento pleno dos estudantes. Tal enfrentamento requer conhecimento, resistência e ação coletiva, capazes de afirmar o papel da escola como espaço de transformação social e da docência como prática comprometida com o direito à aprendizagem para todos.

Na prática, isso implica em repensar o cotidiano a partir de perspectiva que reconheça os sujeitos em sua integralidade e potencialidades, em vez de reduzi-los a diagnósticos e classificações patologizantes. É necessário construir uma pedagogia dialógica, fundamentada na escuta sensível, na mediação intencional e na valorização das experiências socioculturais dos estudantes. Projetos interdisciplinares, práticas colaborativas e currículos flexíveis são estratégias fundamentais para promover ambientes de aprendizagem significativos e inclusivos.

Além dos aspectos discutidos, é importante retomar de forma mais enfática a centralidade da formação docente na mediação crítica dos processos de medicalização da educação. O texto evidencia, ao longo de sua análise, que muitos professores se sentem despreparados para lidar com os desafios contemporâneos que se apresentam no cotidiano escolar, sobretudo no que diz respeito à compreensão das manifestações comportamentais e emocionais dos estudantes. A ausência de uma formação continuada que contemple a interface entre educação e saúde mental acaba por reforçar práticas de encaminhamento precoce e a medicalização como resposta imediata à complexidade das relações escolares.

Assim, toda a análise aponta para a necessidade de deslocar o foco das intervenções dos sujeitos para os contextos institucionais e sociais em que estão inseridos. Tal deslocamento permite compreender o adoecimento psíquico e os impasses na aprendizagem como expressões de contradições sociais, educacionais e afetivas mais amplas, e não como déficits ou patologias isoladas. Esse entendimento é fundamental para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, críticas e humanizadoras.

Referências

AGOSTINHO, Michele Yenara. “Dificuldades de aprendizagem”: uma análise a partir da Teoria Histórico-Cultural. 2021.

ALVARENGA, Rejane Abadia de; SILVA, Janaína Cassiano. A medicalização do fracasso escolar: concepção de professoras do ensino fundamental. In: MOREIRA, Maria de Lourdes; LEITE, Sandra Zákia (org.). Educação e formação de professores: concepções, políticas e práticas. São Paulo: Blucher, 2017. p. 151-164.

ARAÚJO, Juliana Carlos Guimarães de. Medicalização da educação: formação colaborativa com professores do ensino fundamental. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

BARRETO, Maria da Apresentação; GUIMARÃES, Juliana Carlos; NASCIMENTO, José Lucas Rocha. Psicologia e Educação em diálogo com a Teoria Histórico-Cultural e na defesa da humanização. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023.

BARRETO, Maria da Apresentação; GUIMARÃES, Juliana Carlos. Medicalização da educação e as pessoas com deficiência: um ensaio teórico. Revista de Casos e Consultoria, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e24800, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42.

CONRAD, Peter. The medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.

DANTAS, Heliton de Oliveira. Medicalização da educação e discurso psi: uma análise das práticas escolares à luz da teoria do agir comunicativo. Curitiba: CRV, 2018.

DE LIMA, Cárita Portilho; CAMPOS, Herculano Ricardo. Contribuições da psicologia histórico- cultural para a educação escolar brasileira: o experimento formativo. Germinal: marxismo e educação em debate, v. 15, n. 1, p. 183-204, 2023.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. O adoecimento do professor frente à violência na escola. Fractal: Revista de Psicologia, v. 31, n. 2, p. 130-142, 2019.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha. Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação. 2020.

GOMES, Selma Regina. Sociedade medicalizada: infância capturada. 2020.

INSFRAN, F.; LADEIRA, T. A.; FARIA, S. E. F. Fracasso escolar e medicalização na educação: a culpabilização individual e o fomento da cultura patologizante. Movimento: Revista de Educação, v. 7,

n. 15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/mov.v7i15.43073>.

LIMA, J. I. F. R. et al. Desmedicalização na infância: reflexões à luz da teoria histórico-cultural. Anais do CONEDU, 2023.

LIMA, Maria Lúcia Chaves et al. Debatendo sobre medicalização com docentes em escolas públicas e privadas. Psicologia Escolar e Educacional, v. 25, p. e222921, 2021.

MEIRA, Márcia Elisa Oliveira; LOUREIRO, Maria Clara C. Medicalização da educação: a perspectiva de professoras da educação infantil sobre o processo de diagnóstico e de medicalização do TDAH. Educar em Revista, Curitiba, n. 52, p. 227–245, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3VymKmF>. Acesso em: 3 maio 2025.

MELLO, Maria Aparecida. O conceito de mediação na teoria histórico-cultural e as práticas pedagógicas. Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, n. 23, p. 72-89, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Uso de metilfenidato no Brasil: consumo cresceu mais de 775% em dez anos. Brasília, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/4aWsjSh>. Acesso em: 3 maio 2025.

MOYSÉS, Marcos; COLLARES, Cecília M. A patologização da educação: reflexões sobre as medicalizações na infância. Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 54, p. 643–660, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3WD0gKi>. Acesso em: 3 maio 2025.

NAVES, Janeth de Oliveira Silva et al. Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, p. 1751-1762, 2010.

PATTO, Maria Helena Souza. Mordaças sonoras: a Psicologia e o silenciamento da expressão. In: PATTO, Maria Helena Souza. Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 95-106.

RODRIGUES, Laís de Aquino et al. Uso não prescrito de metilfenidato por estudantes de uma universidade brasileira: fatores associados, conhecimentos, motivações e percepções. Cadernos Saúde Coletiva, v. 29, n. 4, p. 463-473, 2021.

RODRIGUES, Thais de Sousa; SILVA, Silvia Maria Cintra da. Medicalização, dislexia e TDA/H no ensino superior: contribuições da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, v. 26, p. e46549, 2021.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 43. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2018. SILVA, P. J. da; LIMA, A. B. de. O oportunismo neoliberal na pandemia de 2020: a nova morfologia da educação e a superexploração do trabalho docente. *Movimento: Revista de Educação*, 2020.

TULESKI, S. C. et al. Tem remédio para a educação? Considerações da psicologia histórico-cultural. *Práxis Educacional, Vitória da Conquista*, v. 15, n. 36, p. 154-177, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i36.5863>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5863>. Acesso em: 11 nov. 2024.

VIÉGAS, L. de S.; FELÍCIO DE OLIVEIRA, A. R. TDAH: conceitos vagos, existência duvidosa. *Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente*, v. 25, n. 1, p. 39–58, 2014. DOI: <https://doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2736>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2736>. Acesso em: 11 nov. 2024.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6. ed. Tradução: J. C. Neto, L. S. M. Barreto, S. C. Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Texto original publicado no Brasil em 1984).

VYGOTSKY, L. S. *Obras escogidas: tomo III – Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores*. 1931. Disponível em: <http://www.taringa.net/perfil/vygotsky>. Acesso em: 31 mar. 2025